Acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, definindo como nula a cláusula de eleição de foro em prejuízo da defesa do consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

VVII ostabologom om projuíza do defesa dos direitos do	gorar
XVII – estabeleçam, em prejuízo da defesa dos direitos do consumidor, foro de eleição para as ações decorrentes das relações de consumo.	
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Senado Federal, em de de 2005	

Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal